

1
 Universidade Estadual de
 Mato Grosso do Sul (UEMS).
 Doutor em Letras.
Orcid: 0000-0002-2197-4379
E-mail: anailton@uem.br

2
 Universidade Estadual de
 Mato Grosso do Sul (UEMS).
 Graduanda em Letras.
Orcid: 0009-0008-6744-1712
E-mail: apolianadominguesanastacio@gmail.com

3
 Universidade Estadual de
 Mato Grosso do Sul (UEMS).
 Bacharel em Turismo. Graduanda em Letras.
Orcid: 0009-0006-0984-0104
E-mail: miranda.vaninha@gmail.com

4
 Universidade Estadual de
 Mato Grosso do Sul (UEMS).
 Graduando em Letras.
Orcid: 0009-0007-2667-2891
E-mail: 06892148123@academicos.uems.br

Artigo

AÇÃO CONTINUADA EM PRÁTICAS ASSISTIVAS E SOCIAIS: PARA ALÉM DAS LIMITAÇÕES

CONTINUED ACTION IN ASSISTANT AND SOCIAL PRACTICES: BEYOND LIMITATIONS

ACCIÓN CONTINUA EN PRÁCTICAS SOCIALES Y ASISTENTES: MÁS ALLÁ DE LAS LIMITACIONES

*Anailton de Souza Gama*¹

*Apoliana Domingues Anastácio*²

*Marilvani Chaves Miranda*³

*Diogo Fernandes Souza*⁴

Resumo

Com ênfase em desenvolvimento de aplicativos e ferramentas digitais de acessibilidade, bem como em teorias e práticas educativas discutidas no âmbito acadêmico do curso de graduação em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim, as atividades desenvolvidas no projeto foram pensadas para ampliar as pautas da política pública para as pessoas com deficiência. Dessa forma, o projeto oportunizou ganhos na formação teórica dos acadêmicos da UEMS/Jardim, além de beneficiar a integração de gestores municipais, sociedade civil, escolas e instituições que lidam com pessoas com deficiência no debate proposto no tema geral, fortalecendo a participação cidadã como marco regulatório da organização da sociedade brasileira frente às intervenções e ações referentes à inclusão social.

Palavras-chave: plataformas digitais assistivas; pessoas com necessidades especiais; tecnologia assistiva.

Abstract

With an emphasis on the development of digital accessibility applications and tools, as well as educational theories and practices discussed in the academic context of the Undergraduate Course in Languages at the State University of Mato Grosso do Sul, University Unit of Jardim, the activities developed in the project were designed to broaden public policy guidelines for people with disabilities. In this way, the project provided gains in theoretical training for academics at UEMS/JARDIM, as well as benefiting the integration of municipal managers, civil society, schools and institutions that deal with people with disabilities in the debate proposed in the general theme, strengthening citizen participation as a regulatory framework for the organization of Brazilian society in the face of interventions and actions with regard to social inclusion.

Keywords: assistive digital platforms; people with special needs; assistive technology.

Resumen

Con énfasis en el desarrollo de aplicaciones y herramientas de accesibilidad digital, así como en las teorías y prácticas educativas discutidas en el contexto académico del Curso de Pregrado en Lenguas de la Universidad Estatal de Mato Grosso do Sul, Unidad Universitaria Jardim, las actividades desarrolladas en el proyecto fueron diseñadas para ampliar las directrices de las políticas públicas para las personas con discapacidad. De esta forma, el proyecto proporcionó ganancias en la formación teórica de los académicos de la UEMS/JARDIM, además de beneficiar la integración de gestores municipales, sociedad civil, escuelas e instituciones que tratan con personas con discapacidad en el debate propuesto en el tema general, el fortalecimiento de la participación ciudadana como marco regulador de la organización de la sociedad brasileña frente a las intervenciones y acciones en materia de inclusión social.

Palabras clave: plataformas digitales asistivas; personas con necesidades especiales; tecnología asistiva .

INTRODUÇÃO

O projeto ora apresentado foi concebido e realizado no formato de ação de extensão para a divulgação da ciência e da tecnologia, em especial as tecnologias assistivas, e teve em sua proposta a abrangência de políticas de inclusão social de pessoas com deficiência. Nesse sentido, pretendeu-se contribuir para a construção de uma nova sociedade, desenvolvida por meio

de transformações nos ambientes, nos procedimentos técnicos e na mentalidade da população, inclusive da própria pessoa com deficiência, possibilitando acesso aos meios tecnológicos como forma de capacitá-las para o mundo contemporâneo.

As ações do projeto também serviram para congregarem as diversas organizações sociais que atuam democraticamente na articulação do debate sobre a inclusão social, como movimentos sociais, grupos de promoção à cultura e à arte, lideranças estudantis e de juventude, representantes de diferentes perfis sociais etc. O projeto foi direcionado para ambientes sociais que lidam com pessoas com deficiências nos mais diversos setores: APAES, ONGs, escolas públicas municipais e estaduais, particulares, residências, entre outros que compreendem a região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, com especial interesse no município de Jardim, onde o projeto se insere. Além de instituições e órgãos públicos, as ações voltaram-se a empresas privadas, sociedade civil organizada e demais membros da comunidade local, bem como comunidades da região que se deslocam para a Unidade Universitária de Jardim, a saber: Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Bonito e Bela Vista.

A proposta do projeto de extensão destinou-se a um público-alvo amplo e diverso, em especial que lida com pessoas com deficiência: comunidade acadêmica; sociedade civil organizada; gestores municipais; comunidade externa dos municípios de Jardim, Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Bonito e Bela Vista; APAES dos municípios de Jardim e Guia Lopes da Laguna.

A UEMS, representada aqui pela Unidade Universitária de Jardim, tem a expectativa de contribuir para o desenvolvimento dos arranjos sociais, tanto para a formação de professores capazes de lidar com as diferentes necessidades especiais, como assegurar aos educandos com algum tipo de deficiência – com base nos artigos 58 a 60 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), que tratam da educação especial – a devida instrumentalização e adequada formação especializada.

Nesse sentido, o presente projeto buscou contribuir para uma melhor integração de pessoas portadoras de necessidades especiais às classes comuns e ao mercado de trabalho, lutando contra a exclusão social. Acredita-se que a execução do projeto garantiu meios eficazes de atingir públicos distintos na sociedade. Teve-se a efetivação de intervenções extensionistas reais e totais com vistas ao cumprimento do papel universitário, que é a formação de futuros profissionais na área de Letras sensíveis às questões de usos das diferentes linguagens e a garantia de direito. Assim, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul é sensível às questões sociais, principalmen-

te as de inclusão de pessoas com deficiências. Com isso, cabe a UEMS Unidade de Jardim, no curso de Letras, propor trilhas para tal, por meio de ações extensionistas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo o Censo 2020 (IBGE), existem, no Brasil, 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que equivale a 14,5% da população. Desse total, 48% apresentam deficiência visual, 23% deficiência motora, 16% deficiência auditiva, 9% deficiência mental e 4% deficiência física. Logo, espera-se que todos os setores da sociedade tenham preparo para atender às pessoas com deficiência de forma digna, responsável e competente.

Considerando esses dados, a Unidade Universitária de Jardim é sensível a essa realidade e, por isso, propôs o presente projeto. As questões de usos de línguas e linguagens previstas em diferentes suportes e para interlocutores, no caso específico, pessoas com deficiência, são de interesse das áreas de Linguística, Linguística Aplicada, Literaturas, Libras e outras disciplinas pedagógicas previstas no Projeto Pedagógico do curso de Letras. O futuro profissional da área de Letras deve ser conduzido às diferentes interações comunicativas em sociedade e ambientes educacionais, considerando os diferentes públicos e com vistas à educação inclusiva. Desse modo, a ação extensionista em pauta consiste em identificar e expor produtos e serviços para as demandas de pessoas com deficiência, além de articular um debate com a sociedade quanto à acessibilidade, à reabilitação e à inclusão social desse segmento.

O presente projeto justifica a necessidade de atuação social no sentido de buscar a resolução de questões relacionadas à falta de conhecimento sobre o uso de mecanismos de apoio apropriados que possam fazer com que a percepção das pessoas referente a indivíduos com deficiência não seja carregada de preconceito, considerando a deficiência uma doença crônica, um peso ou um problema. O estigma da deficiência é grave e transforma pessoas cegas, surdas e com deficiências intelectuais ou físicas em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixados para segundo plano.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por meio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, tem como objetivo “[...] promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”.

A educação de alunos com necessidades educativas especiais, que comumente enfatizava um modelo de atendimento excludente, nas últimas

duas décadas, voltou-se para a educação inclusiva. Essa ideia obteve êxito, especialmente a partir da segunda metade da década de 1990, com a disseminação da Declaração de Salamanca (1994), que, entre outros pontos, sugere que “[...] as crianças e jovens com carências educativas especiais devem ter direito e acesso às escolas regulares, que a elas devem se adaptar [...]”, Essas escolas “instituem os meios mais eficazes para extinguir as condutas discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos [...]”.

Entende-se por pessoas com deficiência, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em seu Art. 2º, aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. Segundo da LBI (Brasil, 2015):

§1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - a restrição de participação. § 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência.

Nesse sentido, o presente projeto pretendeu ser um instrumento para avaliação, mediação e contribuição para a melhoria social e inclusão das pessoas com deficiência, porque propôs agregar as discussões empreendidas na área de formação de profissionais de Letras e os diferentes membros da sociedade. Outro ponto positivo foi ampliar a área de inclusão para diferentes setores produtivos.

De acordo com Galvão Filho (2009), no contexto social contemporâneo, surgem novos fatos e padrões que demandam ações mais complexas e imediatas, e, nesse cenário, uma coletividade mais permeável à desigualdade discute suas composições de segregação e conjectura como novos caminhos de inclusão social da pessoa com deficiência. Essas demandas têm provocado novas pesquisas com a inclusão e a apropriação dos acelerados avanços tecnológicos disponíveis.

Corroborando com esse preceito, Mantoan (2006 *apud* Pereira; Teixeira, 2012) comenta que a inclusão na educação implica em uma transformação na perspectiva educacional e também uma mudança no entendimento do que é inclusão. Incluir não quer dizer apenas dar privilégios aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência física ou mental ou determinada dificuldade de aprender, mas sim que o referido aluno obtenha sucesso no

aprendizado geral. Incluir o aluno com necessidade especial na escola regular tem sido avaliado como expectativa de empenho no Brasil. Diante desse cenário, é possível observar uma transformação gradual no contexto educacional dos alunos com deficiência (Assis; Martinez, 2011).

As tecnologias estão presentes nas mais variadas formas no cotidiano dos alunos, sejam eles sujeitos tidos como “normais” ou “especiais”. Entende-se, então, que essas ferramentas precisam também ser utilizadas como recursos de apoio na escola, pois são fundamentais para a melhoria do processo de aprendizado, principalmente no caso da educação inclusiva. Percebe-se que tais recursos, frequentemente, são muito usados pelos estudantes em suas casas, portanto, nada mais coerente que os introduzir no ambiente escolar como fator motivador para o aprendizado. Conforme afirmam De Souza *et al.* (2005), a tecnologia assistiva representa um termo novo aplicado para se referir a ferramentas que devem auxiliar na rotina de pessoas com deficiência.

Em relação à Tecnologia Assistiva (ou TA), o Comitê de Ajudas Técnicas a define como uma área do conhecimento, característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2009).

É importante ressaltar, portanto, que Tecnologia Assistiva, no seu sentido mais amplo, vai além da mera reflexão de produção ou ferramenta, para englobar, também, a ideia de estruturas, processos ou serviços. Dessa forma, são inúmeras as pesquisas relevantes sobre as relações de Tecnologia Assistiva e Escola Inclusiva. Tecnologias denominadas assistivas apareceram para aperfeiçoar a competência física de pessoas, mas de um jeito mais particular, pois a aptidão do corpo de alguém pode não estar normal e essa pessoa não conseguir sequer realizar tarefas do seu cotidiano.

Para Maslow (1968), deve-se concluir que a dispersão do uso das Tecnologias Assistivas vem servindo de apoio a alunos com deficiência para que alcancem seu máximo em saúde psicológica, a partir da melhora do seu conforto físico. As Tecnologias Assistivas disponibilizadas aos discentes ofertam possibilidades que antes não eram extensivas a muitos.

Bersh (2013) escreve que existem sinais expressivos apontando a Tecnologia Assistiva como a mais nova e forte agregada para a inclusão social do indivíduo com deficiência, considerando os progressos frequentes das Tecnologias de Informação e Comunicação, que estão se tornando cada vez

mais acessíveis. No Brasil, a Tecnologia Assistiva ainda é um vocábulo novo, usado basicamente para designar o conjunto de serviços, recursos e materiais que dispõem ou alargam as capacidades laborais de pessoas de uma forma geral e de pessoas com deficiência, de maneira a propiciar o uso de suas agilidades.

Torna-se imprescindível que todos os profissionais e futuros profissionais da educação sejam e estejam capacitados para usarem essas novas ferramentas em suas aulas. É fundamental que busquem essa qualificação e, principalmente, estejam “abertos” a procurar e acompanhar diferentes maneiras de ensino e aprendizagem surgidas devido às novas tecnologias; que não fiquem “presos” a modelos tradicionais de repassar conteúdos e que possam oferecer a si e a seus educandos novas formas de conhecimento.

O caminho para uma sociedade inclusiva será, provavelmente, aprofundar a educação inclusiva apoiando todos os alunos com dificuldades, dando-lhes uma educação de qualidade num ambiente comunitário e diverso. Também é necessário evidenciar que os alunos atualmente possuem acesso às tecnologias, principalmente quanto ao uso da internet. Desse modo, faz-se necessário que tenham esses recursos disponíveis na escola, bem como profissionais capazes de instruir os alunos em seu uso, atraindo-os e motivando-os para os estudos e fazendo-os notar que a escola pode ser um espaço de interação, troca de conhecimentos e que acompanha as informações e transformações do mundo moderno.

Hoje é impossível fugir do uso das Tecnologias Assistivas, da internet e dos recursos multimídia durante as aulas, devido a todos os benefícios que trazem para o ensino- aprendizagem, primordialmente nos quesitos interatividade, conhecimento e troca de informação, compartilhamento de experiências, e no processo de inclusão social, cabendo ao docente a tarefa de orientação dos alunos para utilizar corretamente os recursos disponíveis.

OBJETIVOS

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, representada pela Unidade Universidade de Jardim, propõe com este projeto atender pessoas com algum grau de deficiência física ou cognitiva, explorando tecnologias digitais e assistivas para o ensino de línguas, linguagens e literaturas como forma de promoção da inclusão social e desenvolvimento do bem-estar social.

Para que seja possível alcançar o objetivo deste projeto, torna-se imperativo a articulação de algumas ações em colaboração com as instituições a serem beneficiadas com a presente proposta:

- Implantar uma política de inclusão social das pessoas com deficiência, compreendida como a eliminação de barreiras físicas, psicológicas e de comunicação, promovendo, assim, as condições adequadas para garantir sua inserção real e virtual;
- Difundir uma cultura de inclusão, buscando sensibilizar o público interno, de modo a receber positivamente as pessoas com deficiência e contribuir para o combate ao preconceito e à discriminação e para a criação de um ambiente solidário;
- Propor ações que visem garantir a acessibilidade física (mobilidade e usabilidade dos espaços e dos recursos materiais), virtual (mobilidade e usabilidade dos recursos da informática) e de comunicação, tendo por base o conceito de Tecnologia Assistiva, entendido como recursos e serviços que visam facilitar o desenvolvimento de atividades diárias por pessoas com deficiência, procurando aumentar as capacidades funcionais e promover a independência e a autonomia de quem as utiliza;
- Desenvolver programas de atenção específicos destinados aos alunos e/ou colaboradores que possuam algum tipo de deficiência, de forma a otimizar suas qualidades e habilidades no desempenho de suas tarefas;
- Pensar estratégias de políticas de desenvolvimento social como habilidades e competências da aprendizagem escolar na área das Ciências Humanas, considerando o currículo da disciplina do curso de Letras - Licenciatura.

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

A escritura de Conceição Evaristo (2014) pode ser um exercício teórico-metodológico em busca do porquê fazer pesquisa e, por regra, extensão. Entender-se pesquisador envolve pensar num lugar onde podemos nos projetar a favor de um mundo mais humanamente digno e oportuno para todas as pessoas, mas, para isso, é preciso reconhecer que precisamos ser tratados de acordo com nossas diferenças. Stephen Hawking levou suas experiências vividas para o campo da cientificidade e representou, senão um lugar de cura, um lugar de aceitação e de desenvolvimento de suas habilidades, ainda que limitado em seus aspectos físicos.

Ter a teoria e a ciência, ou a tecnologia, como aliadas para enfrentar os sofrimentos advindos de limitações físicas se constitui numa prática teórico-metodológica de se engajar na busca por epistemologias no campo das pesquisas em educação, levando o sujeito assistido a uma reflexão geral em

torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano, avaliando a sua própria trajetória evolutiva, seus paradigmas estruturais ou suas relações com a sociedade e a história.

A preocupação aqui é epistêmica; pretendeu-se que este projeto fosse parte de um espaço-tempo em que pudéssemos construir, juntos, o conhecimento. Com ênfase em desenvolvimento de aplicativos e ferramentas digitais de acessibilidade, advindos de teorias e práticas discutidas no âmbito acadêmico do curso de graduação em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim, as atividades desenvolvidas no projeto foram pensadas para ampliar as pautas da política pública para as pessoas com deficiência.

A pesquisa é classificada como de cunho qualitativo e bibliográfico, visto ter sido desenvolvida por meio de pesquisa fundamentalmente de fontes secundárias, mais especificamente livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado que versavam sobre os principais temas. Trata-se de um estudo para conceito e interpretação de teorias inclusivas com utilização de tecnologias de informação e comunicação.

Marconi e Lakatos (1999) definem por exploratória a investigação que tem como objetivo a formulação de questões ou de um problema com a finalidade de: a) desenvolver hipóteses; b) aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa; c) modificar e clarear conceitos. Nesse sentido, Marconi e Lakatos (1999, p. 23) explicam que “A pesquisa é realizada após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha uma boa compreensão sobre o tema, pois é neste percurso que ele vai estabelecer os objetivos da pesquisa”.

Sobre a definição de qualitativa, Oliveira (1999) comenta que se trata de uma pesquisa cujo conjunto de procedimentos não depende fortemente de análise estatística para suas inferências ou de métodos quantitativos para a coleta e tratamento dos dados. A pesquisa científica estabelece um objeto a cujo conceito o pesquisador científico não deve se abster de se dedicar. A meditação sobre o trabalho que executa os alicerces existentes, os apoios sociais e materiais e os desígnios culturais que a esclarecem não poderão estar à parte do interesse intelectual do pesquisador.

A metodologia na condução dos trabalhos para com os acadêmicos e comunidade participante, bem como colaboradores e coordenador, utilizou-se da revisão da literatura com o recurso bibliográfico de leituras, levantamento de obras sobre a intelectualidade e produção acadêmica em Tecno-

logia Assistiva e Educação Especial para entender e ampliar as discussões de como as pessoas com necessidades especiais são pensadas nas pesquisas.

A fim de otimizar o tempo e possibilitar a participação de todos optou-se por encontros quinzenais que, diante do contexto de retomada das atividades presenciais, puderam acontecer de forma presencial, e por encontros mediados via Google Meet. O reconhecimento disso e a participação de todos nos propuseram partir de formas outras de pensamento ou de propor inclusão como um desafio epistêmico, pedagógico, político para quem faz e participa da extensão.

As etapas previstas ficaram assim discriminadas:

- Contato com as entidades assistenciais dos municípios destacados;
- Organização e relação dos deficientes e suas deficiências;
- Análise de *softwares* para determinadas deficiências por parte dos colaboradores e coordenador;
- Desenvolvimento dos *softwares* de Tecnologia Assistiva para determinadas deficiências;
- Discussão e reflexão sobre Leis e Decretos sobre pessoas com necessidades especiais;
- Realização de fóruns e debates sobre Educação Especial;
- Sistematização das ações realizadas e possíveis publicações;
- Realização de encontros com as diversas pessoas e suas diferentes limitações.

Quanto ao aspecto avaliativo, esperou-se que os participantes adquirissem conhecimentos de que diferenças não são deficiências e que é possível conviver harmoniosamente quando se respeita as diferenças. A avaliação também se deu por meio de participação (75%) e envolvimento nas atividades realizadas.

Dessa forma, o projeto oportunizou ganhos na formação teórica dos acadêmicos da UEMS/Jardim, bem como beneficiou a integração de gestores municipais, sociedade civil, escolas e instituições que lidam com pessoas com deficiência no debate proposto no tema geral, fortalecendo a participação cidadã como marco regulatório da organização da sociedade brasileira frente às intervenções e ações no que diz respeito à inclusão social.

RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O projeto se relacionou com ensino, pesquisa e extensão no sentido de que contribuiu para a divulgação da ciência e tecnologia, em especial as Tecnologias Assistivas que têm em sua proposta a abrangência de políticas de inclusão social de pessoas com deficiência. Nesse sentido, o projeto pre-

tendeu contribuir para a construção de uma nova sociedade desenvolvida por meio de transformações de ambientes, nos procedimentos técnicos e na mentalidade da população, inclusive da própria pessoa com deficiência, possibilitando acesso aos meios tecnológicos como forma de capacitá-los para o mundo contemporâneo

A Avaliação Pelo Público se deu por meio de participação e envolvimento nas ações, mediante pesquisa ao formulário doc e roda de conversas. A Avaliação da Equipe se deu a partir de reuniões frequentes e pesquisa em formulário doc.

REFERÊNCIAS

ASSIS, C. P.; MARTINEZ, C. M. S. A inclusão escolar e utilização de tecnologia assistiva para alunos com sequelas de mielomeningocele: a opinião dos professores. **Rev. Educ. Espec.** Santa Maria, v. 24, n. 39, p. 93-112, jan/abr. 2011. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>.

BERSH, R. **Introdução a Tecnologia Assistiva**. Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil – CEDI. Porto Alegre: CEDI, 2013. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf.

BRASIL. **Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Brasília, DF: Casa Civil, 2009a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Tecnologia assistiva**. Brasília, DF: SDHPR, 2009b. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/tecnologia-assistiva>.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 362, de 24 de outubro de 2012**. Brasília, DF: MEC, 2012.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em:

COOK, A. M.; LIMA, N. M. de. **Legislação Federal Básica na área da pessoa portadora de Deficiência**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha: UNESCO 1994.

DE SOUZA, A. *et al.* **Inclusão**: Trabalhando com as diferenças na sala de aula – Brasília: Centro de Formação Continuada de Professores da Universidade de Brasília – CFORM/UnB: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – MEC/SEB, 2005. 62 p.: il. Disponível em http://www.fe.unb.br/educaesp/Download/Mod4_Fas2_Educacao_Inclusiva.pdf. Acesso em: 14 maio 2024.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro. Pallas. 2014.

GALVÃO FILHO, T. A. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? *In*: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Org.). **Conexões**: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. Porto Alegre: Redes, 2009. p. 207-235.

GAMA, A. de S.; SILVA, G. M. Da. Tecnologia assistiva: headmouse, uma alternativa para as pessoas com mobilidade reduzida. **Caderno de Estudos Tecnológicos**, Bauru, v. 2, n. 1., jun. 2014.

MARKONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MASLOW, A. H. **Introdução à psicologia do ser**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1968.

PEREIRA, J.; TEIXEIRA, D. D. Tecnologias Assistivas e Educação Inclusiva na Educação Física: é possível. *In*: ENOME, 4., 2012. **Anais** [...]. Santa Catarina: UFSC, 2012. Disponível em http://www.labomidia.ufsc.br/index.php/enome/iv-enome-2012/anais-iv-enome/doc_download/473-02-tecnologias-assistivas-e-educacao-inclusiva-na-educacao-fisica-escolar-e-possivel. Acesso em: 14 maio 2024.